

# Diário Oficial



## Estado de Pernambuco

Ano XCVI • Nº 75

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 3 de maio de 2019

## Eleito para a atual legislatura, mandato coletivo é novidade na Alepe

Representação com cinco pessoas é primeira experiência do tipo em Pernambuco

FOTO: ROBERTO SOARES

Nas eleições para as casa legislativas, sempre valeu a regra: votamos em um indivíduo para que ele nos represente. Mas, desde 2016, diversos movimentos pelo Brasil vêm construindo uma nova maneira de pensar o trabalho legislativo, ao criar mandatos em que várias pessoas, e não uma só, assumem a responsabilidade de ocupar uma vaga no parlamento. A ideia de um mandato coletivo chega à Alepe, em 2019, sendo a primeira experiência do tipo em Pernambuco.

Com 39.175 votos, a proposta das Juntas (PSOL) recebeu aval dos eleitores para atuar na Casa de Joaquim Nabuco pelos próximos quatro anos. Oficialmente, quem ocupa a cadeira de deputada é Jô Cavalcanti, que milita no Sindicato de Trabalhadores Informais. Nas eleições de 2018, contudo, a candidatura psolista foi apresentada como um pacto de confiança. As decisões devem passar por outras quatro mulheres: a jornalista Carol Vergolino, a militante estudantil Joelma Carla, a professora Kátia Cunha e a advogada Robeyoncé Lima.

“Fazemos nossa militância na rua, mas tem uma hora que a gente não quer só disputar esse espaço, pois as leis são feitas aqui, dentro da Alepe”, afirma Jô Cavalcanti. “Juntamos essa inovação com a militância da ‘PartidA’, um movimento pela ocupação dos espaços pelas mulheres”, explica Carol. “Os grupos de que participamos - feministas, jovens, trabalhadores, LGBT - já têm a caracteris-



PARLAMENTO - Juntas, na cerimônia de posse, ao lado do presidente da Assembleia deputado Eriberto Medeiros

tica de serem horizontais”, complementa.

**FUNCIONAMENTO** - O mandato coletivo deve se adaptar às leis que regem o trabalho dos parlamentares, cuja premissa é a atuação individual. “O mandato coletivo é um fenômeno político, não jurídico. Na ordem jurídica, o exercício do mandato é pessoal e intransferível”, explica o procurador-geral adjunto da Alepe, Sílvio Pessoa Júnior. Isso significa que apenas Jô Cavalcanti poderá ter voz e voto no Plenário, assinar os

atos e projetos de lei e responder pelas prestações de contas oficiais do gabinete.

Formalmente, Carol Vergolino e Joelma Carla foram nomeadas como assessoras especiais do gabinete do mandato, enquanto Robeyoncé Lima e Kátia Cunha aguardam a conclusão de processos em outros órgãos para serem cedidas como servidoras a serviço da Alepe. Um exemplo de como funciona um mandato coletivo na prática vem da Câmara Municipal de

Belo Horizonte (MG). Em 2016, 14 pessoas concorreram individualmente pelo PSOL, mas compartilhando uma campanha política unificada. Os votos foram suficientes para duas vagas, ocupadas pelas vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella. Elas se uniram à suplente Bella Gonçalves num único gabinete, batizado como Gabinetona.

Segundo Bella, as decisões do mandato são tomadas em conjunto pelas vereadoras, com a divulgação

pública da justificativa para os votos. “Queremos a confluência máxima das lutas nos eixos que trabalhamos: direitos humanos, cultura, educação e direito à cidade. Ao invés de competição pelo espaço político, promovemos o reconhecimento da importância de cada uma dessas bandeiras”, observa. Em 2018, Áurea Carolina se elegeu para a Câmara Federal. Uma assessora do gabinete, Andreia de Jesus, foi eleita para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

“A ideia é fazer um mandato articulado nos três níveis”, explica Bela.

“Há a estratégia de problematizar a necessidade de um ‘líder’ falando pelo grupo. Boa parte da crise de representação política que vivemos vem do fato de os partidos políticos se tornarem organizações burocráticas, marcadas pela distância entre a base e a cúpula”, avalia a socióloga e professora da Universidade Federal de Pernambuco Mariana Eduarda da Mota Rocha.

## Ato

## ATO Nº 322/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 088/2019, do **Deputado Lucas Ramos**,  
**RESOLVE:** exonerar e nomear os servidores do cargo em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, a partir do dia 1º de maio de 2019, nos termos da Lei nº.11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
JOSÉ GERALDO BEZERRA TENÓRIO	Secretário Parlamentar / PL-SPC	_____	_____
CAMILLA LIRA GONÇALVES DO NASCIMENTO	Assessor Especial / PL-ASC	_____	_____
FERNANDA BAZANTE BUARQUE DE GUSMÃO	_____	Secretário Parlamentar / PL-SPC	_____
FRANCISCO MAIA STELITANO	_____	Assessor Especial / PL-ASC	78%

Sala Torres Galvão, 29 de abril de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**  
 Presidente  
 (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

## ATO Nº. 333/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 057/2019, do **Deputado Clodoaldo Magalhães**,  
**RESOLVE:** exonerar a servidora **DEYNA HELENA DE LEMOS FREIRE**, do cargo em comissão de Assistente Parlamentar, símbolo PL-APC, nomeando para o referido cargo, **IVAN FELIPE DA SILVA**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 73,3% (setenta e três vírgula três por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 12.347/03, 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 30 de abril de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**  
 Presidente  
 (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

## ATO Nº. 341/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº. 57/2019, do **Deputado Antônio Moraes**,  
**RESOLVE:** exonerar dos cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de maio de 2019, nos termos da Lei nº.11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

NOME	CARGO	SÍMBOLO
ANA CAROLINA DE SOUZA LIMA KRIGER PINHEIRO	Secretário Parlamentar	PL-SPC
JOANA GABRIELA NASCIMENTO CRUZ GUERRA	Assessor Especial	PL-ASC
BRUNO DE SANTA CRUZ GUERRA	Assessor Especial	PL-ASC

Sala Torres Galvão, 2 de maio de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**  
 Presidente

## ATO Nº. 342/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 054/2019, do **Deputado Doriel Barros**,  
**RESOLVE:** exonerar o servidor **SEVERINO RAMOS CORREIA DE FIGUEIREDO**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 2 de maio de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**  
 Presidente

## ATO Nº. 343/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 055/2019, do **Deputado Gustavo Gouveia**,  
**RESOLVE:** exonerar o servidor **RAFAEL BATISTA MONTALVÃO DE ASSIS**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de maio de 2019, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 2 de maio de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**  
 Presidente

## ATO Nº. 344/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 053/2019, do **Deputado Gustavo Gouveia**,  
**RESOLVE:** exonerar dos cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº.11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

NOME	CARGO	SÍMBOLO
ADRIANA MARIA DA SILVA MELO	Secretário Parlamentar	SPC
JEFFERSON ANTONIO MATIAS CAMPELO	Assessor Especial	ASC
LARISSA TOMÁSIA ARRUDA	Assessor Especial	ASC
LAUDICLÉIA LIBERATO DA SILVA SANTIAGO	Secretário Parlamentar	SPC
MARIA DO SOCORRO FERRAZ NOVAES DA SILVA	Assessor Especial	ASC

Sala Torres Galvão, 2 de maio de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**  
 Presidente

## ATO Nº. 345/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 127/2019, do **Deputado Rogério Leão**,  
**RESOLVE:** exonerar o servidor **MANOEL TOMAZ VILANOVA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **JOÃO PEDRO DE LACERDA ARAÚJO ANDRADE**, nos termos da Lei nº 11.614/98, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 12.347/03, 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 2 de maio de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**  
 Presidente

## ATO Nº. 346/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 059/2019, do **Deputado Alberto Feitosa**,  
**RESOLVE:** exonerar o servidor **RODRIGO WILSON LOYO DE QUEIROZ**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, símbolo PL-SPC, nomeando para o referido cargo, **RAQUEL DE ANDRADE TELLES CABRAL DE MELLO**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 39% (trinta e nove por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 12.347/03, 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 2 de maio de 2018.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**  
 Presidente

## ATO Nº. 347/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 067/2019, do **Deputado Alberto Feitosa**,  
**RESOLVE:** exonerar **JEANE GOMES DE MELO CAVALCANTI**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **ANTÔNIO DE ARAUJO LINS**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 115% (cento e quinze por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 2 de maio de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**  
 Presidente

## ATO Nº. 348/19

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 066/2019, do **Deputado Joaquim Lira**,  
**RESOLVE:** nomear **HEITOR BEZERRA FERREIRA ALBUQUERQUE**, para o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo PL-APC, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 2 de maio de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**  
 Presidente

## PODER LEGISLATIVO

**MESA DIRETORA:** Presidente, Deputado Eriberto Medeiros; **1ª Vice-Presidente**, Deputada Simone Santana; **2ª Vice-Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Secretário**, Deputado Clodoaldo Magalhães; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins Filho; **3ª Secretária**, Deputada Teresa Leitão; **4º Secretário**, Deputado Álvaro Porto; **1º Suplente**, Deputado Pastor Cleiton Collins; **2º Suplente**, Deputado Henrique Queiroz Filho; **3º Suplente**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Suplente**, Deputado Romero; **5º Suplente**, Deputado Joel da Harpa; **6º Suplente**, Deputado Gustavo Gouveia; **7º Suplente**, Deputado Adalto Santos. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Ivone Maria da Silva; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Enocelino Magalhães Lyra Filho; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Sara Behar Torres Kobayashi; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditores-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente de Comunicação Social** - Ricardo José de Oliveira Costa; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Isabelle Costa Lima; **Editora** - Verônica Barros; **Subeditoras** - Cláudia Lucena e Helena Castro de Alencar; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro, Luciano Galvão Filho; **Fotografia**: Roberto Soares (**Gerente de Fotografia**), Breno Laprovitera (**Edição de Fotografia**), Giovanni Costa; **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alcício Nicolak Júnior; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: [scom@alepe.pe.gov.br](mailto:scom@alepe.pe.gov.br).



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

**ATO Nº. 349/19**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº. 57/2019, do **Deputado Antônio Moraes**, **RESOLVE:** nomear os servidores para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

NOME GRAT.REP.	CARGO/SÍMBOLO	
ANA CAROLINA DE SOUZA LIMA KRIGER PINHEIRO	Assessor Especial/PL-ASC	0%
JOANA GABRIELA NASCIMENTO BARBOSA	Secretário Parlamentar/PL-SPC	24,50%
MAURICIO INACIO DA SILVA	Assessor Especial/PL-ASC	27,75%
SÉRGIO GILBERTO CAVALCANTI DE RANGEL MOREIRA	Assessor Especial/PL-ASC	120%
RICARDO DE ARAÚJO SANTOS	Assessor Especial/PL-ASC	120%

Sala Torres Galvão, 2 de maio de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**  
Presidente

**ATO Nº. 350/19**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº. 053/2019, do **Deputado Gustavo Gouveia**, **RESOLVE:** nomear os servidores para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

NOME GRAT.REP.	CARGO/SÍMBOLO	
ADRIANA MARIA DA SILVA MELO	Assessor Especial/PL-ASC	120%
CAROLLINY JULIANA GOMES DE ASSIS	Assessor Especial/PL-ASC	90,99%
FLÁVIA FERNANDA LIRA DE OLIVEIRA	Secretário Parlamentar/PL-SPC	120%
LARISSA TOMÁSIA ARRUDA	Secretário Parlamentar/PL-SPC	—
LAUDICLÉIA LIBERATO DA SILVA SANTIAGO	Assessor Especial/PL-ASC	5%
MARIA DO SOCORRO FERRAZ NOVAES DA SILVA	Secretário Parlamentar/PL-SPC	120%

Sala Torres Galvão, 2 de maio de 2019.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**  
Presidente

**Editais**

## COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convoco, nos termos do art. 93, IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados Titulares: Pastor Cleiton Collins (PP), Clarissa Tércio (PSC), Isaltino Nascimento (PSB) e João Paulo (PCdoB) e na ausência destes, os Deputados Suplentes: Adalto Santos (PSB), Dulcicleide Amorim (PT), Joel da Harpa (PP), Manoel Ferreira (PSC) e William Brígido (PRB), para se fazerem presentes à Audiência Pública nº 02, a ser realizada no dia 06 de maio de 2019, às 09h00min, no Plenário da Câmara dos Vereadores de Goiana-PE (localizado na Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 115 Centro – Goiana – PE), tema:

**SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNICÍPIO DE GOIANA**

Recife, 2 de maio de 2019.

Deputada **JUNTAS**  
Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular

**Ofícios****Ofício GAB nº 093/2019**

Recife, 24 de abril de 2019.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, solicitar de V. Exa. a minha adesão Na Frente Parlamentar em Defesa dos direitos das Pessoas com Deficiência e com Doenças Raras.

Sem mais, agradeço antecipadamente suas providências e expresso votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**Roberta Arraes**  
Deputada

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
Deputado Eriberto Medeiros  
MD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco  
Nesta

**Ofício nº 54/2019 GAB. Juntas**

Recife, 30 de abril de 2019.

Para: Exmo. Senhor Presidente Eriberto Medeiros  
Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa de Pernambuco

Cumprimentando Vossa Excelência, solicito seu empenho no sentido de me incluir na Frente Parlamentar em Defesa dos direitos das Pessoas com Deficiência e com Doenças Raras, criada a partir do Requerimento nº 279 publicado no Diário Oficial.

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência no atendimento da solicitação acima, renovo votos de consideração e respeito.

Atenciosamente,

**Juntas**

**Ofício nº 024/2019-GAB/CT**

Recife, 25 de abril de 2019.

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, venho informar a minha participação na Frente Parlamentar em Defesa dos direitos das Pessoas com Deficiência e com Doenças Raras.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência, votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

**Clarissa Tércio**  
Deputada Estadual

Exmo. Sr.  
Eriberto Medeiros  
Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco  
NESTA

**Ofício Nº 005972/2019**

Recife, 30 de abril de 2019.

**A Sua Excelência**  
**Deputado Eriberto Medeiros**  
**Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco**  
**Nesta**

Assunto: Alteração de dia e hora das Reuniões Ordinárias

Senhor Presidente,  
Cumprimentando-o cordialmente, venho através deste informar que foi deliberada e aprovada em sede de Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada hoje (30/04/2019), a alteração das Reuniões Ordinárias desta Comissão para as segundas-feiras (quinzenalmente), às 11h00min, no Plenarinho I, Deputado João Ferreira Lima Filho, localizado no Edifício Miguel Arraes de Alencar desta Alepe. Mister destacar que deferida mudança atende a participação de número maior de membros e membras desta Comissão nas reuniões ordinárias deste Colegiado Técnico.  
Sem mais para o momento, reitero os meus sinceros protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

Deputada **Juntas**  
Presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular

**Atas de Comissões****ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2019**

Às dez horas e trinta minutos do dia 26 (vinte e seis) do mês de março do ano de dois mil e dezenove, no Plenarinho II, Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Alberto Feitosa, Gustavo Gouveia, Isaltino Nascimento, João Paulo, João Paulo Costa, Priscila Krause, Romário Dias e Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Alessandra Vieira, Antônio Moraes, Diogo Moraes, Joaquim Lira e Teresa Leitão, membros suplentes. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 80/2019, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Torna obrigatória a instalação de porta com detector de metais nas escolas da rede estadual de ensino do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 82/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.921, de 11 de março de 2013, que institui o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM, para incluir políticas públicas de atenção às mulheres.), distribuído à Deputada Priscila Krause; Projeto de Lei Ordinária nº 83/2019, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Obriga as instituições públicas e privadas de ensino, no âmbito do Estado de Pernambuco, a expedirem diploma em braille para os alunos com deficiência visual.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento, Projeto de Lei Ordinária nº 84/2019, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo (Ementa: Estabelece regras para utilização de sistemas eletrônicos de aferição de velocidade nas Rodovias de Pernambuco. Determina a não computação das multas aplicadas entre às 22h (vinte e duas horas) e 5h (cinco horas) do dia seguinte.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 85/2019, de autoria do Deputado Marco Aurélio Meu Amigo (Ementa: Estabelece a obrigatoriedade de fixação de placa informativa sobre os motivos de interrupção de obra pública, no Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado João Paulo Costa; Projeto de Lei Ordinária nº 86/2019, de autoria do Deputado Adalto Santos (Ementa: Obriga as empresas prestadoras de serviços públicos e de utilidade pública, inclusive instituições financeiras, a fornecerem atendimento integral em seus estabelecimentos, quanto ao cancelamento de produtos e serviços ), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 87/2019, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Cria a Semana Estadual da Reciclagem e Meio Ambiente na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 88/2019, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Dispõe sobre a divulgação do Disque Denúncia nos meios que específica e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Gustavo Gouveia; Projeto de Lei Ordinária nº 89/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre o valor máximo do pagamento pela emissão de documento de identificação nos casos que específica e dá outras providências.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Resolução nº 78/2019, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Promotor de Justiça Francisco Dirceu Barros.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Resolução nº 79/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiro (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à Cantora Alcione.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Resolução nº 81/2019, de

autoria da Deputada Priscila Krause (Ementa: Confere ao Município de Gravatá o Título Honorífico de Capital da Bonequinha da Sorte.), distribuído ao Deputado Joaquim Lira. Posteriormente, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 35/2019, de autoria do Deputado Rogério Leão (Ementa: Altera a Lei nº 14.791, de 8 de outubro de 2012, que torna dispensável a exigência, pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais, e dá outras providências, de autoria da Deputada Isabel Cristina, para inserir a dispensa de reconhecimento de firma em documentos exigidos pela Administração Pública do Estado de Pernambuco.), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi redistribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 48/2019, de autoria da Deputada Alessandra Vieira (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização no site do Poder Legislativo de Pernambuco, da cartilha institucional “Combate a Violência Contra a Mulher em Pernambuco”, produzida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.), tendo como relator o Deputado João Paulo, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 51/2019, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, a fim de incluir o Dia Estadual da Mulher Policial Militar.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 71/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 16.441, de 30 de outubro de 2018, que dispõe sobre SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros.), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 77/2019, de autoria do Deputado Waldemar Borges (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, a fim de incluir o Dia Estadual da Ciranda.), tendo como relatora a Deputada Teresa Leitão, na ausência foi Distribuído ao Deputado João Paulo que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 78/2019, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Promotor de Justiça Francisco Dirceu Barros.), tendo como relator o Deputado Isaltino Nascimento, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, convocando a próxima para o dia 02 (dois) de abril do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2019

Às dez horas e trinta minutos do dia 02 (dois) do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, no Auditório Senador Sérgio Guerra, no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, sob a Presidência em exercício do Deputado Tony Gel, reuniram-se os Deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, João Paulo, Romário Dias e Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Diogo Moraes, Lucas Ramos e Teresa Leitão, membros suplentes. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Proposta de Emenda à Constituição nº 02/2019, de autoria da Deputada Gleide Ângelo (Ementa: Acrescenta inciso ao parágrafo único do art. 5º da Constituição do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Complementar nº 99/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a concessão de remissão e anistia de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos pela legislação tributária estadual, nos termos da Lei Complementar Federal nº 160/2017 e do Convênio ICMS 190/2017.), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 90/2019, de autoria da Deputada Ducicleide Amorim (Ementa: Dispõe sobre a exigência de instalação de duchas higiênicas em banheiros de edificações públicas.), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 93/2019, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Obriga as repartições públicas estaduais, a promoverem a separação dos resíduos produzidos, para que sejam reciclados.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 94/2019, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Estabelece a isenção de anuidade dos conselhos profissionais aos recém-formados que não estejam exercendo a profissão.), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Lei Ordinária nº 95/2019, de autoria do Deputado Antônio Coelho (Ementa: Dispõe sobre a isenção de cobrança da taxa de estacionamento, em espaços de propriedade de prestadores de serviços médicos-hospitalares, aos pacientes submetidos às sessões de quimioterapia, radioterapia e hemodiálise...), distribuído ao Deputado João Paulo; Projeto de Lei Ordinária nº 97/2019, de autoria da Deputada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 11.928, de 2 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a criação do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil de Pernambuco - FUNREPOL, institui a Coordenação dos Procedimentos Policiais - COORDPPOL e dá outras providências, a fim de incluir nova fonte de recursos destinada à constituição do Fundo...), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 98/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Altera a Lei nº 15.422, de 18 de dezembro de 2014, que obriga os Centros de Formação de Condutores localizados no Estado de Pernambuco a oferecer condições específicas para o atendimento das pessoas com deficiência e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, a fim de alterar o número mínimo de veículos adaptados a serem disponibilizados e proibir a cobrança de valores adicionais durante o processo de habilitação.), distribuído ao Deputado Diogo Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 100/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Ementa: Reajusta os vencimentos dos cargos e funções que integram o quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Resolução nº 91/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros (Ementa: Altera a Resolução nº 905, de 22 de dezembro de 2008, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, para disciplinar a apresentação de sugestões legislativas pelos cidadãos), distribuído ao Deputado Lucas Ramos; Projeto de Resolução nº 96/2019, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Confere ao Município de Paudalho o Título de Capital Pernambucana da Romaria de São Severino do Ramos), distribuído ao Deputado Romário Dias; Logo após, passou-se à distribuição das Indicações para o “Prêmio Prefeitura Amiga da Biblioteca”, nos termos da Resolução nº 1.317, de 8 de setembro de 2015; 1. CATEGORIA REGIÃO METROPOLITANA: Indicação para o “PRÊMIO PREFEITURA AMIGA DA BIBLIOTECA”, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra, para o município de Recife-PE, distribuído ao Deputado Antonio Moraes; 2. CATEGORIA REGIÃO ZONA DA MATA: Indicação para o “PRÊMIO PREFEITURA AMIGA DA BIBLIOTECA”, de autoria da Deputada Simone Santana, para o município de Ferreiros-PE, distribuído ao Deputado Antonio Moraes; 3. CATEGORIA REGIÃO AGRESTE: Indicação para o “PRÊMIO PREFEITURA AMIGA DA BIBLIOTECA”, de autoria da Deputada Teresa Leitão, para o município de Tacaimbó-PE, distribuído ao Deputado Antonio Moraes; 4. CATEGORIA REGIÃO SERTÃO: Indicação para o “PRÊMIO PREFEITURA AMIGA DA BIBLIOTECA”, de autoria do Deputado Romário Dias, para o município de Tacaratu – PE, distribuído ao Deputado Antonio Moraes; Indicação para o “PRÊMIO PREFEITURA AMIGA DA BIBLIOTECA”, de autoria do Deputado Antonio Moraes, para o município de Petrolina – PE, distribuído ao Deputado Antonio Moraes. Posteriormente, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Resolução nº 54/2019, de autoria do Deputado Aglailson Victor (Ementa: Confere ao município de São Bento do Una o Título de Capital do Ovo.), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Por fim, passou-se à discussão das Indicações para o “Prêmio Prefeitura Amiga da Biblioteca”, nos termos da Resolução nº 1.317, de 8 de setembro de 2015; 1. CATEGORIA REGIÃO METROPOLITANA: Indicação para o “PRÊMIO PREFEITURA AMIGA DA BIBLIOTECA”, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra, para o município de Recife-PE, tendo como relator o Deputado Antonio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; 2. CATEGORIA REGIÃO ZONA DA MATA: Indicação para o “PRÊMIO PREFEITURA AMIGA DA BIBLIOTECA”, de autoria da Deputada Simone Santana, para o município de Ferreiros-PE, tendo como relator o Deputado Antonio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; 3. CATEGORIA REGIÃO AGRESTE: Indicação para o “PRÊMIO PREFEITURA AMIGA DA BIBLIOTECA”, de autoria da Deputada Teresa Leitão, para o município de Tacaimbó-PE, tendo como relator o Deputado Antonio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; 4. CATEGORIA REGIÃO SERTÃO: Indicação para o “PRÊMIO PREFEITURA AMIGA DA BIBLIOTECA”, de autoria do Deputado Romário Dias, para o município de Tacaratu – PE, tendo como relator o Antonio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Indicação para o “PRÊMIO PREFEITURA AMIGA DA BIBLIOTECA”, de autoria do Deputado Antônio Coelho, para o município de Petrolina – PE, tendo como relator o Deputado Antonio Moraes, foi aprovado à unanimidade dos Deputados. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente em exercício encerrou a reunião, convocando a próxima para o dia 09 (nove) de abril do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 09 DE ABRIL DE 2019

Às dez horas e trinta minutos do dia 09 (nove) do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, no Plenarinho II, Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, sob a Presidência do Deputado Waldemar Borges, reuniram-se os Deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Romário Dias e Tony Gel, membros titulares, e os Deputados Antônio Moraes, Joaquim Lira e Teresa Leitão, membros suplentes. Então, passou-se à distribuição dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 101/2019, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Estabelece critérios para a cobrança da taxa de visita técnica no âmbito do estado de Pernambuco para realização de serviços e dá outras providências), distribuído ao Deputado Antonio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 102/2019, de autoria da Deputada Juntas (Ementa: Dispõe sobre orientações de memória histórica e dá outras providências...), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 103/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Torna obrigatória, no âmbito do Estado de Pernambuco, a realização do “teste do bracinho”, em crianças a partir de 3 (três) anos de idade, durante o atendimento da consulta pediátrica em hospitais, clínicas e unidades de saúde do Estado de Pernambuco.), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 105/2019, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de manter estocados na Farmácia de Pernambuco, e em suas Unidades, os medicamentos Tacrolimo 1mg e Micofenolato de Sódio 360mg, e dá outras providências...),

distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 106/2019, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 11.751, de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída a rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Duere, a fim de incluir o pão fresco na composição alimentar da merenda escolar...), distribuído ao Deputado Joaquim Lira; Projeto de Lei Ordinária nº 107/2019, de autoria da Deputada Clarissa Tércio (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir o Dia Estadual da Mãe Rara...), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 108/2019, de autoria da Deputada Clarissa Tércio (Ementa: Determina o atendimento prioritário aos portadores de doenças raras na rede de saúde pública e privada do Estado de Pernambuco e dá outras providências...), distribuído ao Deputado Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária nº 109/2019, de autoria da Deputada Clarissa Tércio (Ementa: Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate a depressão, automutilação e suicídio, no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de educação básica do Estado de Pernambuco, e dá outras providências...), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 116/2019, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar de Pernambuco), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 117/2019, de autoria da Deputada Roberta Arraes (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de sessão de cinema adaptada a crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), suas famílias e acompanhantes, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências...), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 118/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Obriga as escolas da rede pública e privada de ensino a possuir e disponibilizar cadeira de rodas para alunos com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito do estado de Pernambuco...), distribuído ao Deputado Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária nº 119/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Dispõe sobre a disponibilidade de cadeiras de rodas nos órgãos da Administração Direta e nas entidades da Administração Indireta do Governo do Estado de Pernambuco...), distribuído ao Deputado Alberto Feitosa; Projeto de Lei Ordinária nº 120/2019, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Estadual Diogo Moraes, a fim de incluir o dia Estadual do Artesão e da Artesã), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 121/2019, de autoria da Deputada Teresa Leitão (Ementa: Determina que excursões promovidas por agências de turismo, compostos por número mínimo de 08 (oito) pessoas, ao visitarem os pontos ou atrativos turísticos no Estado de Pernambuco, estejam acompanhados por guia de turismo regional habilitado e dá outras providências...), distribuído ao Deputado Tony Gel; Projeto de Lei Ordinária nº 122/2019, de autoria do Deputado Alvaro Porto (Ementa: Altera a Lei nº 11.404 de 19 de dezembro de 1996, que consolida as normas relativas às Taxas, Custas e aos Emolumentos, no âmbito do Poder Judiciário, e dá outras providências, a fim de incluir a isenção de taxas judiciais sobre ações contra planos de saúde em situação de urgência e emergência...), distribuído ao Deputado Romário Dias; Projeto de Lei Ordinária nº 123/2019, de autoria da Deputada Priscila Krause (Ementa: Determina a afixação de placa informativa nos estabelecimentos que indica...), distribuído ao Deputado Antonio Moraes; Projeto de Lei Ordinária nº 124/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Altera a Lei nº 16.203 de 14 de novembro de 2017, que obriga os estabelecimentos bancários situados no Estado de Pernambuco a oferecer atendimento prioritário a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou doença grave, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Marcantônio Dourado, a fim de acrescentar doenças raras e autismo na relação de atendimentos prioritários...), distribuído ao Deputado Waldemar Borges; Projeto de Lei Ordinária nº 125/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Dispõe sobre a comunicação pelos condomínios residenciais aos órgãos de segurança pública, sobre a ocorrência ou de indícios de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente ou idoso, em seus interiores), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 126/2019, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Estabelece a notificação compulsória, no âmbito do Estado de Pernambuco, dos casos de violência autoprovocada, atendidos pelos serviços públicos ou privados de saúde, nos termos que indica, e dá outras providências...), distribuído à Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei Ordinária nº 127/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Ratifica Protocolo de Intenções firmado entre os Estados de BAHIA, MARANHÃO, PERNAMBUCO, CEARÁ, PARAÍBA, PIAUI, RIO GRANDE DO NORTE, ALAGOAS e SERGIPE, para a constituição de consórcio interestadual com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável na Região Nordeste), distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Resolução nº 104/2019, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a redação do § 1º do Art. 185 da Resolução nº 905, de 22 de dezembro de 2008, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco...), distribuído ao Deputado Antonio Moraes. Posteriormente, passou-se à discussão dos seguintes projetos: Projeto de Lei Complementar nº 20/2019, de autoria do Procurador-Geral de Justiça (Ementa: Altera a Lei Complementar nº 12, de 27 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público de Pernambuco...), tendo como relator o Deputado Alberto Feitosa, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 12/2019, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Torna-se obrigatório em todo o Estado de Pernambuco e na Assembleia Legislativa do Estado a atuação de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)...), tendo como relatora a Deputada Simone Santana, na ausência foi distribuído ao Deputado Tony Gel que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Substitutivo nº 01/2019, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa: Substitui integralmente o Projeto de Lei nº 0012/2019...), tendo como relatora a Deputada Simone Santana, foi redistribuído ao Deputado Tony Gel que o prejudicou; Projeto de Lei Ordinária nº 14/2019, de autoria do Deputado Romário Dias (Ementa: Denomina de “GRE Deputado Antônio Novaes”, a Gerência Regional de Educação, situada no município de Floresta...), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 26/2019, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Determina que sejam garantidas vagas nas escolas de tempo integral, na rede de ensino estadual, para alunos cuja genitora e ou responsável, possua dependente portador de microcefalia ou doença rara, devidamente comprovados), tendo como relator o Deputado Lucas Ramos, na ausência foi distribuído ao Deputado Antonio Moraes que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 66/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui o Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco, altera a Lei nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005, e a Lei nº 12.976, de 28 de dezembro de 2005...), tendo como relator o Deputado João Paulo, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Emenda Modificativa nº 01/2019, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Modifica a redação da alínea “g” do inciso IV, do art 5º do Projeto de Lei nº 066/2019, de autoria do Poder Executivo), tendo como relator: Deputado João Paulo, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento, situada no município de Floresta...), tendo como relator o Deputado Tony Gel, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Emenda Aditiva nº 02/2019, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Adita expressão ao § 7º do art. 5º, do Projeto de Lei nº 066/2019, de autoria do Poder Executivo...), tendo como relator o Deputado João Paulo, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o rejeitou à unanimidade dos Deputados; Emenda Aditiva nº 03/2019, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Adita expressão ao § 7º, do art. 16, do Projeto de Lei nº 066/2019, de autoria do Poder Executivo...), tendo como relator o Deputado João Paulo, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o rejeitou à unanimidade dos Deputados; Emenda Aditiva nº 04/2019, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Adita inciso VIII ao art. 5º do Projeto de Lei nº 066/2019, de autoria do Poder Executivo...), tendo como relator o Deputado João Paulo, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o rejeitou à unanimidade dos Deputados; Emenda Modificativa nº 05/2019, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Modifica a redação do § 8º do inciso II, do art. 5º do Projeto de Lei nº 066/2019, de autoria do Poder Executivo), tendo como relator o Deputado João Paulo, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o rejeitou à unanimidade dos Deputados; Emenda Modificativa nº 06/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera o parágrafo único do art. 6º e o caput do art. 7º do Projeto de Lei nº 66/2019, que institui o Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco, altera a Lei nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005, e a Lei nº 12.976, de 28 de dezembro de 2005...), tendo como relator: Deputado João Paulo, na ausência foi distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 69/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre afixação de cartazes nas farmácias e drogarias de Pernambuco, com indicação da localização e dados dos hospitais, UPAs, emergências, prontos-socorros e postos de saúde mais próximos), tendo como relator o Deputado Antonio Moraes, foi retirado de pauta; Projeto de Lei Ordinária nº 73/2019, de autoria das Deputadas Juntas (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos...), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Lei Ordinária nº 82/2019, de autoria da Deputada Delegada Gleide Angelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.921, de 11 de março de 2013, que institui o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM, para incluir políticas públicas de atenção às mulheres), tendo como relatora a Deputada Priscila Krause, na ausência foi distribuído à Deputada Teresa Leitão que o aprovou à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 64/2019, de autoria do Deputado Lucas Ramos (Ementa: Confere ao Município de Verdejante o Título Honorífico de Capital da Pega de Boi no Mato de Pernambuco...), tendo como relator o Deputado Romário Dias, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Projeto de Resolução nº 81/2019, de autoria da Deputada Priscila Krause (Ementa: Confere ao Município de Gravatá o Título Honorífico de Capital da Bonequinha da Sorte), tendo como relator o Deputado Joaquim Lira, foi aprovado à unanimidade dos Deputados; Em extrapauta foram distribuídos os seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 130/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui a Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência no Estado de Pernambuco...), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Isaltino Nascimento; Projeto de Lei Ordinária nº 131/2019, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991, que dispõe sobre o processo administrativo-tributário...), em regime de urgência, distribuído ao Deputado Joaquim Lira. Por fim, o presidente colocou em votação a proposta de um Projeto de Lei de autoria deste Colegiado, a fim de aumentar o prazo de vacatio legis do Código de Defesa do Consumidor Estadual para 270 (duzentos e setenta dias), tendo em vista solicitação de diversos setores envolvidos. Os Deputados presentes acataram a decisão de forma unânime. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a reunião, convocando a próxima para o dia 16 (dezesesseis) de abril do corrente ano. Do que, para constar, eu, Ana Cecília de Araújo Lima, Assessora Especial desta Comissão Técnica, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

#### ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2019.

Às onze horas e trinta minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e dezenove, reuniu-se a Comissão de Saúde e Assistência Social (CSAS) sob a presidência da deputada Simone Santana, de acordo com o artigo cento e dezesseite do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Presentes as deputadas Alessandra Vieira, Clarissa Tércio, Fabíola Cabral e Roberta Arraes, e os deputados Antônio Fernando, Gustavo Gouveia, Isaltino Nascimento, João Paulo e Sivaldo Albino. Havendo quórum regimental a presidente declara aberta a reunião e instalada a Comissão, informando a indicação da deputada Roberta Arraes para presidente e do deputado Isaltino Nascimento para vice-

presidente no biênio dois mil e dezenove a dois mil e vinte, os quais foram eleitos por aclamação. A deputada Simone Santana passou a palavra para a presidente eleita, desejando ótimo mandato, afirmando a importância da Comissão, espaço onde deverão ocorrer muitos debates de interesse da população, tanto na área da saúde como na área da assistência social, na perspectiva de atender os anseios da sociedade. A deputada Roberta Arraes cumprimentou a todos (as) e agradeceu sua recondução à presidência da Comissão, informou ter ciência dos enfrentamentos que virão, porém destacou que estão preparados porque foram eleitos (as) pelo povo para representá-los, tendo o compromisso de ajudar todos pernambucanos. afirmou que na questão da saúde, é conhecedora do que acontece no Estado, das dificuldades, mas enfatiza que o Governador não esconde nada da população para haver enfrentamento dos problemas através de diálogo e soluções. Destacou ainda, que a dificuldade não é somente em Pernambuco, que é imprescindível chamamento ao Governo Federal, tendo em vista que direitos foram retirados do povo brasileiro. Ressaltou a importância da pauta da assistência social, tendo em vista que a Comissão não é apenas de saúde, que possa repercutir não só nesta Assembleia mas em todo o Estado, mostrando o papel e as obrigações da Comissão. afirmou ser importante a presença de todos os membros, defendendo uma saúde mais humanizada para os pernambucanos (as). Lembrou a presença da deputada Simone Santana que é médica e sabe dos problemas que irão enfrentar na saúde de Pernambuco, juntas, de mãos dadas, com todos os demais membros, na busca de uma saúde melhor para todos. A presidente facultou a palavra para os deputados presentes, concedida ao deputado Sivaldo Albino. O Deputado parabenizou a recondução da presidente, afirmando saber que é uma comissão na qual haverá debates importantes, por todas as dificuldades existentes. Observou que tem acompanhado esse debate na Assembleia, entre situação e oposição e ser importante a conscientização dos prefeitos, para que comecem a se integrar diante das dificuldades, buscando junto ao governo federal a recuperação de recursos perdidos nos investimentos da saúde, que o Governador tem feito um esforço enorme para fazer investimentos. afirmou ser de uma região onde o Hospital Regional Dom Moura, em Garanhuns, é responsável pelo atendimento de vinte e um municípios, entretanto, atende a demanda de quarenta e um municípios nos serviços básicos, tendo em vista que esses municípios não contemplam os referidos serviços, sobrecarregando a gestão pública de saúde e que diante de toda crise muitas pessoas hoje não tem condição de pagar planos de saúde, migrando aos serviços da rede pública. afirmou ter certeza que esse debate será grandioso e como suplente da Comissão quer participar das reuniões e se colocar à disposição para contribuir e aprender com o tema tão importante. A presidente reforça a necessidade dos municípios cuidarem da atenção primária, sabendo que as doenças são descobertas nas estratégias de saúde da família nas Unidades Básicas de Saúde, sendo necessário alertar os prefeitos. A Presidente cumprimenta a deputada Alessandra Vieira e os deputados Gustavo Gouveia e Isaltino Nascimento, membros titulares, deputadas Fabiula Cabral e Clarissa Tércio, e os deputados Antônio Fernandes, João Paulo Sivaldo Albino, membros suplentes. Passa a palavra ao deputado Gustavo Gouveia que afirmou para ser muito importante participar desta Comissão, já que na sua região, mata norte, existem problemas muito grandes em relação a saúde, assim como afirmaram deputado Sivaldo e deputada Roberta a respeito dos municípios participarem, à exemplo de Paudalho que abriu um Centro de Parto Humanizado pela prefeitura. Destacou que uma Unidade de Pronto Atendimento Especializado (UPAE) acertada junto ao Estado, não recebe financiamento desde o ano passado, portanto, ainda não implantada, afirmando ainda que a Comissão tem que cobrar para que possa atender melhor as regiões. Relatou que a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Paudalho hoje atende emergências e urgências da região da mata norte, assim como o centro de parto humanizado também esta dentro da rede estadual de saúde. A prefeitura está fazendo sua parte, no entanto precisa do apoio do governo do Estado, para fazer o atendimento da forma que deve ser feito, que vai cobrar pelos investimentos de saúde na sua região, mata norte e agreste setentrional, onde se tem o hospital regional de Limoeiro e o Ermírio Coutinho em Nazaré da Mata, hoje administrado por Organização Social (OS). A presidente passa a palavra à deputada Alessandra Vieira, que parabeniza deputada Roberta Arraes pela presidência, cita uma fala do deputado Gustavo, que ela também vem de uma prefeitura que sofre com a ausência dos rapasses dos governos estadual e federal, a cidade tem uma UPA vinte e quatro horas e há dois anos e meio foi entregue e até hoje não chegou repasse federal, que existem outras dificuldades tanto do governo federal como do governo estadual e acredita que a Comissão irá ajudar muitos prefeitos. Relatou também que lá foi secretária de desenvolvimento social e instalou um centro de atendimento às crianças com microcefalia, mantido pela prefeitura e objetiva que se estenda pelo Estado, porém sabe das dificuldades que os prefeitos enfrentam, mas é preciso buscar recurso federal e estadual para o atendimento dessas crianças, já que no Estado existem aproximadamente duas mil e quinhentas crianças com microcefalia. A Deputada Simone Santana compartilha a opinião de que essa Comissão é importante, que precisam ter muita seriedade e conhecimento para discutir assunto tão complexo como a saúde, partindo do princípio do subfinanciamento, tanto federal para os estados como para os municípios, uma conta que não fecha. afirmou que por mais que os municípios e o Estado invistam muito mais do que o percentual constitucional, têm dificuldades de fazer cobertura de toda população, para além da crise que estamos enfrentando, houve uma migração muito grande de pessoas que tinha plano de saúde e que agora estão usando o Sistema Único de Saúde (SUS). afirmou ainda ser preciso ter muita atenção em relação às doenças negligenciáveis, doenças estas, que não eram nem para existir mais e que na verdade estão ressurgindo com muita força. Deixou como pauta para que seja discutido o ressurgimento da sífilis, doença que estava sob controle e que de repente está tomando proporções grandes, bem como a tuberculose e hanseníase. afirmou ainda, apesar das dificuldades, juntar esforços de prefeituras, Estado e Ministério da Saúde, para tentar melhorar a saúde da nossa população. afirmou também ter muita expectativa de que neste mandato poderão discutir muito, sem paixão, mas com seriedade para que se consiga dentro da competência do legislativo, ajudar o executivo, tanto estadual como federal e municipal, para atender os anseios da população. A presidente reconhece que as pautas são difíceis. Destacou que ano passado a Comissão recebeu as prestações de contas quadrimestrais pelo secretário estadual de saúde, nas quais a obrigatoriedade constitucional de investimentos é o percentual de doze por cento, no entanto, Pernambuco investiu mais de quinze por cento, mas ainda não atende plenamente por causa do aumento da demanda de pessoas que tinham plano de saúde e migraram para o SUS por causa da crise que enfrentamos. afirmou ser preciso acender o alerta para as doenças que estão ressurgindo. Propôs a possibilidade de campanhas junto ao governo do Estado, como falou deputado Gustavo Gouveia em relação as UPAS, que não estão funcionando plenamente, para encontrar o caminho mais curto, procurar também o Governo Federal através dos deputados federais e senadores e não deixar somente para o Estado resolver os problemas da saúde, já que não é só de Pernambuco, mas um problema nacional, que o Brasil vive hoje literalmente na UTI. afirmou que vereadores e prefeitos também devem se integrar na busca de soluções. Ao usar a palavra, a deputada Roberta Arraes explicou que presidiu a comissão por dois anos e que o ano passado foi atípico, pois cada deputado precisou estar mais presente nas suas regiões, mas tem certeza que principalmente os deputados que estão entrando este ano terão mais participação, com união e interesse, que enquanto presidente deixa o compromisso de estar sempre à disposição, assim como o vice-presidente deputado Isaltino. Passada a palavra ao deputado Isaltino, que agradeceu por poder ocupar a vice-presidência da Comissão, na perspectiva de construir um bom trabalho junto aos demais membros, onde o principal é a discussão coletiva, procurar construir consenso e tratar dos problemas na busca das soluções, que essa é a premissa principal e essa é uma Comissão muito importante, já querendo apresentar sugestão para que ainda este mês possamos discutir um tema que iria tratar ontem, em respeito a modificação que o governo federal esta fazendo nos procedimentos voltados para aqueles que têm transtornos mentais no País. Lembrou que deputado João Paulo foi prefeito, pioneiro no Recife e no Brasil na política antimanicomial, que foi do Recife que surgiram políticas voltadas para cuidar das pessoas com assistência, a bolsa que era dada para a família para ter o paciente mental em casa, os CAPS, as residências terapêuticas e vários procedimentos revolucionários para o Brasil surgiram a partir da primeira gestão do prefeito, que foi fortalecida na segunda gestão. afirmou ser testemunha porque era vereador na época e viu os debates que aconteceram e está vendo hoje um momento muito delicado, grave, porque o ministério pretende que o SUS pague procedimento de eletrochoque que vai de encontro com a lógica no mundo inteiro, da hospitalização de cuidar das pessoas, que isso pode permitir que unidades de saúde possam internar adolescentes e crianças que tenham transtornos mentais, atendendo uma demanda específica de um pequeno grupo que quer apenas lucro financeiro, em detrimento da saúde. Do olhar de quem leu o Canto dos Malditos, um livro que inspirou o filme Um Bicho de Sete Cabeças, o qual narra a vida de um adolescente que usava maconha e a família o internou, que depois do tratamento de eletrochoque surgiu problema da massa encefálica, que existiu situações de quem era de religião africana na ditadura militar eram internados como pessoas com transtornos mentais e os centros de terapia serviram para torturar militantes, inclusive artistas, que se contrapunham ao governo federal, estão querendo voltar a esse período, que possamos convocar uma audiência pública na Comissão sobre esse tema, convocar pessoas que tem militância em Pernambuco, Estado pioneiro nessa temática no Brasil. A presidente concede a palavra ao deputado João Paulo que afirma ser essa uma das comissões mais importantes desta Casa, que vai tratar aqui de problemática muito grande que afeta talvez em mesmo grau que a violência, que a questão de financiamento é muito grave, que acima de tudo e preciso haver descentralização e qual a estratégia política, porque estamos condição que se contrapõe a política da saúde, com uma visão muito mais voltada para hospitais, que deveria ser uma política de saúde voltada para as pessoas nas suas comunidades, no acompanhamento no programa de saúde da família, onde há quantidade de pessoas com diabetes e muitas vezes muito mal orientadas numa política alimentar e dos produtos que são colocados no mercado, mas também teríamos que buscar dos governos estadual e municipais uma política que pudesse pensar a saúde. afirmou que se existe uma pessoa que está com problema de pressão alta, não tem uma alimentação bem orientada e criteriosa, na décima vez que ela volta com um problema de pressão alta já pode ser muito mais grave e vai para internação, afirmou ainda que se a Constituição assegura a universalização da saúde para todos, tem que ter um financiamento que visa isso, lembrando que o orçamento na prefeitura do Recife era quatro por cento quando assumiu e deixou dezoito por cento, o que muda a qualidade, amplia o número de médicos, amplia a criação de programa de saúde da família, que é importante chamar o secretário do Estado, prefeitos, AMUPE, para que se possa discutir e aprofundar as questões, que é prudente o financiamento na atenção primária, nos bairros através das estratégias de saúde da família, que com a interrupção do programa Mais Médicos, várias regiões estão desassistidas, em vários municípios, como por exemplo, o município de Araripina, há três meses sem médicos nas estratégias de saúde, literalmente a saúde esta de férias. Reafirmou ser preciso fazer esse trabalho junto com os prefeitos, AMUPE, governo do estado e governo federal, deputados federais e dos senadores. A presidente concedeu a palavra ao deputado Antônio Fernando, que afirmou que a CSAS vai ter muita responsabilidade por causa da demanda da sociedade e uma cobrança muito grande em relação a melhor assistência medica, avaliou que as políticas públicas só cuidam depois da pessoa adoecer, mas é importante evitar que fique doente, através de saneamento, alimentação, porque evitar doenças sai mais barato do que tratar os doentes, quem é do sertão sabe bem que a descentralização da saúde é importante, porque botar ônibus para vir à capital aumenta ainda mais os transtornos e o preço disso fica muito alto. afirmou que quando pacientes chegam ao hospital regional, joga na ambulância e manda prá lá, que tem que oferecer mais clínicas no interior, porque o SUS faz de conta que paga as despesas da saúde, por isso é importante uma discussão sobre distribuição de recursos, porque não adianta querer fazer medicina de primeiro mundo se não tem dinheiro. afirmou também serem necessários outros profissionais como nutricionistas, por exemplo, no sistema de saúde, para cuidar da prevenção. A presidente eleita assume a palavra afirmando ser importante sentir as dificuldades no interior, mas também sentir os avanços que o governo do Estado conquistou e vai conseguir mais, porque tem que cuidar do nosso povo. Relatou ser difícil a pessoa estar doente e ainda ter que vir ao Recife buscar tratamento, o que já é um trauma, que é preciso criar mecanismos para melhora através do dialogo. afirmou que o NAF, Núcleo de Assistência as Famílias, tem nutricionista para fazer as visitas às famílias, que precisa saber se esse recurso está vindo, já que a fatia maior do bolo fica em Brasília e os prefeitos vivem com dificuldades, já que não é fácil um prefeito administrar um município com poucos recursos. Reafirmou ser importante que a Comissão esteja unida com esse sentimento de buscar uma saúde mais humanizada para toda a população. A presidente declarou encerrada a reunião informando que a próxima será convocada mediante publicação de edital. Para constar foi digitada a presente ata, que segue sem emendas, ressalvas ou rasuras, para ser assinada e publicada no Diário Oficial deste Poder Legislativo.

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DIA 03 DE ABRIL DE 2019.

Às dez horas do dia três de abril de dois mil e dezenove, reuniu-se no Plenarinho I, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, a Comissão de Saúde e Assistência Social da Assembleia Legislativa de Pernambuco (9ª Comissão), sob a presidência da deputada Roberta Arraes. Presentes os deputados Gustavo Gouveia, Antônio Fernando, Juntas, Clarissa Tércio, Isaltino Nascimento, João Paulo e Sivaldo Albino, havendo quórum regimental, a presidente abriu a reunião e destacou a retirada da pauta do Projeto de Resolução nº 58/2018, de autoria do deputado Romero Albuquerque, cuja ementa "Concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à República Portuguesa", com base no Requerimento nº 269, do autor. A Presidente procedeu com a distribuição de dez Projetos de Lei Ordinária e um Projeto de Resolução, designando o Deputado Gustavo Gouveia para relator do Projeto de Lei Ordinária nº 045/2019, de autoria do deputado Pastor Cleiton Collins, que "Dispõe sobre a Política Estadual de Reconhecimento e Valorização do Cuidador com Laços Afetivos"; O deputado Antônio Fernando para relator do Projeto de Resolução nº 059/2019, de autoria do deputado Antônio Coelho, que "Concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco à República Portuguesa"; O deputado Gustavo Gouveia para relator do Projeto de Lei nº 074/2019, de autoria do deputado Romero Sales Filho, que "Dispõe sobre doação de amostras de sangue em Pernambuco para consolidação de Bancos de Dados de Doadores de Medula Óssea e dá outras providências"; O deputado Antônio Fernando para relator do Projeto de Lei Ordinária nº 075/2019, de autoria do deputado William Brígido, que "Cria no âmbito das unidades escolares públicas do Estado de Pernambuco, as Comissões Internas de Apoio Integrado"; A deputada Clarissa Tércio para relatoria do Projeto de Lei Ordinária nº 082/2019, de autoria da deputada Gleide Ângelo, com Ementa "Altera a Lei nº 14.921, de 11 de março de 2013, que institui o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal- FEM, para incluir políticas públicas de atenção às mulheres"; Designou também a deputada Clarissa Tércio como relatora do Projeto de Lei Ordinária nº 090/2019, de autoria da deputada Ducicleide Amorim, que "Dispõe sobre a exigência de instalação de duchas higiênicas em banheiros de edificações públicas"; O deputado Gustavo Gouveia como relator do Projeto de Lei Ordinária nº 095/2019, de autoria do deputado Antônio Coelho, que "Dispõe sobre a isenção de cobrança de taxa de estacionamento, em espaços de propriedade de prestadores de serviços médico-hospitalares, aos pacientes submetidos às sessões de quimioterapia, radioterapia e hemodiálise"; Distribuído para deputada Clarissa Tércio, para relatoria, o Projeto de Lei Ordinária nº 103/2019, de autoria do deputado Clodoaldo Magalhães, que "Torna obrigatória, no âmbito do Estado de Pernambuco, a realização do "teste do bracinho", em crianças a partir de 3 (três) anos de idade, durante o atendimento da consulta pediátrica em hospitais, clínicas e unidades de saúde do Estado de Pernambuco"; Para o deputado Antônio Fernando, como relator do Projeto de Lei Ordinária nº 105/2019, de autoria do deputado Gustavo Gouveia, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de manter estocados na Farmácia de Pernambuco, e em suas Unidades, os medicamentos Tacrolimo 1mg e Micofenolato de Sódio 360mg, e dá outras providências"; Designado o deputado Gustavo Gouveia como relator do Projeto de Lei Ordinária nº 108/2019, de autoria da deputada Clarissa Tércio, que "Determina o atendimento prioritário aos portadores de doenças raras na rede de saúde pública e privada do Estado de Pernambuco e dá outras providências"; Por fim, a presidente designou o deputado Antônio Fernando como relator do Projeto de Lei Ordinária nº 109/2019, de autoria da deputada Clarissa Tércio, que "Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate a depressão, automutilação e suicídio, no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e privadas de educação básica do Estado de Pernambuco, e dá outras providências". Após distribuição dos Projetos de Lei, a presidente, deputada Roberta Arraes, destacou a importância do PLO que versa sobre a prevenção do suicídio, proposto pela deputada Clarissa Tércio. A deputada Roberta Arraes, traz preocupação com o que vem ocorrendo no município do CEDRO, no sertão do Araripe. Informa que é crescente o número de casos de suicídios naquela cidade e sugere criação de grupo de trabalho para visitar a região, entendendo que esta Comissão de Saúde e Assistência Social, pode e deve fazer o acompanhamento. A presidente traz ainda a ausência do profissional de psicologia nas escolas públicas para o acompanhamento dos alunos. Atualmente o que existe é a oferta de um psicólogo para atender as escolas públicas da região do Araripe, uma região que comporta 10 municípios. Entende que isso precisa ser revisto, pois compreende o quanto o psicólogo pode ajudar crianças e adolescentes com depressão. A presidente facultou a palavra à deputada Clarissa Tércio, que registra a necessidade de olhar diferenciado para o tema e informa que a sua proposta para PLO foi a partir da tragédia da cidade de SUZANO. Reitera também a importância de visitas ao município do CEDRO e identificar o aumento de suicídio naquela cidade. O deputado Antônio Fernando pede a palavra, registra que é a primeira vez que participa de uma reunião da Comissão de Saúde e Assistência Social, verbaliza preocupação com a saúde no Brasil e em Pernambuco. Considera a região do Araripe precária, diz que precisa melhorar os hospitais naquela área, precisa descentralizar os serviços de saúde, construir um hospital na região do Araripe. Cita a construção do hospital de Serra Talhada, que é importante, entretanto o Araripe apresenta uma demanda constante. Endossa a necessidade de visitas ao município do CEDRO e identificar os problemas de saúde vivenciados pelos municípios fazer uma radiografia da saúde em Pernambuco, verificando as dificuldades e propor resoluções. A Presidente, Roberta Arraes, entende que construção de hospitais leva muito tempo, assim sendo, propõe ampliação dos serviços, otimizar o que tem. Entende que ao ampliar serviços, a população residente no sertão ou outra região do estado, não precisa se deslocar para a capital para ter acesso a um tratamento. Propõe que esta Comissão escute os diretores das Gerencias Regionais de Saúde – GERES. Com a palavra, o deputado Gustavo Gouveia, informa que a UPAE de Carpina está com construção inacabada e abandonada há mais de três anos, o Mato cobrindo tudo. O Hospital regional de Nazaré está com o repasse de recurso atrasado, assim como o hospital SALSA, em Limoeiro. Concorde que a ampliação dos serviços melhora o atendimento e diminui o envio de pessoas à capital. Informa a situação de uma criança, em Paudalho, que fez transplante de rins pelo IMIP, o qual foi um sucesso, ao tempo em que parabeniza o atendimento do IMIP, mas registra que a criança precisa da medicação imunossupressora para não haver rejeição do corpo ao órgão transplantado, entretanto, na farmácia do SUS não está disponível. Destaca que a situação da assistência farmacêutica precisa melhorar. Elogia o município de Paudalho, enfatizando que o gestor municipal faz bem seu papel. Informa que a Unidade de Pronto Atendimento – UPA é 100% custeada pelo tesouro municipal. Na sequência, o deputado Gustavo Gouveia diz que se faz necessário buscar na solução para a saúde de Pernambuco, que embora seja oposição ao governo estadual, ele não faz oposição por oposição. Entende que este é um momento de dar as mãos e auxiliar a população. A Presidente passa a palavra ao deputado Isaltino Nascimento o qual inicia sua fala lembrando a pauta nesta casa, ano passado, foi segurança pública, mas este ano não está mais. O deputado traz para discussão a aprovação ano passado, da Proposta de Emenda à Constituição - PEC 241, fazendo reflexão sobre a atual conjuntura do País. Exemplifica o êxito da gestão do ex-prefeito da capital e, atual deputado João Paulo, que foi bem avaliado, saiu com 80% de aprovação e num contexto diferente dos dias de hoje. Destaca que, nesta conjuntura, talvez não aceitasse ser gestor de uma pasta no poder executivo, tendo em vista o momento que estamos vivenciando, com problemas graves. O Governo Federal criou ano passado, a PEC -241, que estabelece teto para gastos públicos, limitando os gastos em políticas públicas, nos três entes federativos, por até 20 anos. O que significa que a cada ano, tendo aumento de custos na educação, na segurança e na saúde (citando somente essas políticas públicas) com valor limitado orçamentariamente, os governadores e prefeitos não poderão aumentar nada, isso significa um caos no País. Por mais que os prefeitos e o governador de Pernambuco invistam na saúde, não conseguirão atender. De 2017 a 2037, o Brasil viverá um caos, considerando que os entes não poderão aumentar gastos nas políticas públicas. Para além de todas as dificuldades orçamentárias e financeiras que o estado enfrenta, ainda há o agravante para aquisição de insumos, tendo em vista que a compra é em dólar. Entende que se faz urgente a rediscussão sobre orçamento. O deputado Isaltino Nascimento traz também a proposta do governo federal com relação à PEC do Pacto Federativo, que considera muito importante, pois o governo estadual só entra com 33%. O deputado João Paulo pede aparte ao deputado Isaltino Nascimento para lembrar o difícil momento que passa o país em relação ao número de desempregados. Aponta dados que mostra a taxa de desemprego no Brasil ficou em 12,4% no trimestre encerrado em fevereiro, atingindo 13,1 milhões de pessoas, mais 7 milhões que não estão mais em busca de emprego, o que representa 20,1 milhões de pessoas sem emprego e considerando ainda, que as pessoas desempregadas tinham planos de saúde e como não podem pagar, voltam para o SUS. O IPEA aponta para uma redução de 30 milhões de desempregados no Brasil pelo processo de avanço das novas tecnologias. O deputado João Paulo enfatiza a necessidade de encontrar alternativas políticas que tragam desenvolvimento e renda para o País. Retomando a palavra, o deputado Isaltino Nascimento diz que este é um debate que transcende governo e oposição. Traz para reflexão, três pontos que considera importante para pautas da comissão de saúde – judicialização da saúde; pacto federativo (PEC); previdência Social/seguridade social. Finaliza seu pronunciamento propondo uma audiência pública para discussão sobre Saúde Mental. A Presidente imediatamente, já solicita a marcação de datas para ouvir especialistas nos temas propostos pelo deputado Isaltino Nascimento. A palavra é facultada à deputada Jô (Juntas), que cumprimenta a todos, ao tempo em que reitera pedido de audiência pública sobre Saúde Mental. Solicita a presença de especialista no assunto para esclarecer sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental. O deputado Gustavo Gouveia pede a palavra e se dirige ao deputado Isaltino Nascimento esclarecendo que já havia dito que não faz oposição por oposição, e faz oposição propositiva. Está ciente das dificuldades do estado, municípios e governo federal. Reitera o caso da criança que depende do medicamento fornecido pelo estado. Finaliza afirmando que Paudalho investe 25% da receita em saúde. O Prefeito prioriza a saúde e que faz sem custeio do Governo do Estado. Afirma ainda, que sua luta é juntar esforços, se unir por um estado melhor para a população pernambucana. A presidente parabeniza o deputado Gustavo Gouveia e facultou a palavra à deputada Clarissa Tércio, que já inicia sua fala endossando a urgência em ouvir alguém que fale sobre a situação de judicialização na saúde, pois acredita que só se procura a prestação jurisdicional por conta da omissão do estado. Exemplificou outro caso, no município de Caruaru, onde uma mãe de uma menor com problemas crônicos, ingressou com ação judicial, sendo esta deferida, porém continua sem receber o medicamento. A presidente retomou a palavra, colocando como encaminhamentos os seguintes pontos: 1 – Visitar as regionais de saúde – GERES; 2- convidar os diretores das GERES para conhecerem a realidade; 3 – Convidara diretores dos hospitais regionais; 4 – Convidar especialista sobre judicialização na saúde; 5 – Convidar especialista em Previdência Social; 6 – Convidar especialista que trate sobre o sub-financiamento no SUS; 7 – Realizar audiência Pública sobre Saúde Mental. Não havendo nenhum outro assunto na pauta, a presidente encerrou a reunião informando que a próxima será convocada através de edital e ser publicado no Diário Oficial. Para registro, eu, Socorro Rodrigues, assessora da Comissão de Saúde e Assistência Social da Assembleia Legislativa de Pernambuco, lavrei a presente ata que segue para publicação no Diário Oficial, após assinada, sem rasuras, emendas ou ressalvas.

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DAS BARRAGENS DE PERNAMBUCO, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZENOVE.

Às onze horas do dia vinte e dois de abril do ano de dois mil e dezenove, no Plenarinho II, Deputado João Lyra Filho, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, Recife Pernambuco, nos termos regimentais e em obediência à convocação por Edital do Presidente desta Comissão Especial, reuniram-se sob a presidência do Deputado Antônio Moraes os seguintes Deputados: Clóvis Paiva, Tony Gel e William Brígido, membros titulares, e a Deputada: Simone Santana, membro suplente. Houve ainda a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco Deputado Eriberto Medeiros e do Deputado Gustavo Gouveia. Atingido o quórum regimental o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião com apresentação da Ata da reunião anterior que foi aprovada por todos os Deputados presentes. Em seguida o Presidente registrou que a apresentação do relatório de visita, realizada

